

**RODRIGUES, Ana Célia; [et al.] (2019) - *Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano*. Rio de Janeiro: L. E. T. Leite. 314 p.**

Por ALEXANDRE FABEN

Professor no Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

da Universidade Federal Fluminense - PPGCI/UFF

[alexandrefaben@id.uff.br](mailto:alexandrefaben@id.uff.br)

ORCID: 0000-0001-9011-632X

*Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano* é, segundo as palavras das organizadoras do livro, o resultado do projeto *Gestão de documentos, arquivos e acesso à informação: identificação dos requisitos da transparência administrativa nos municípios do Grande Rio*, desenvolvido por Ana Célia Rodrigues com apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, FAPERJ, (Jovem Cientista Nosso Estado 2015) e do Conselho Nacional de Pesquisa, CNPq (Universal 2016).

A obra consiste numa coletânea de textos, que destaca os diálogos entre a produção do conhecimento, os resultados da agenda de pesquisa nas universidades e das experiências profissionais dos autores, enfatizando a cooperação institucional como contribuição para as políticas arquivísticas municipal, estadual e nacional, enquanto requisito do acesso à informação pública como um direito fundamental.

O livro está dividido em cinco partes, com enfoques distintos, que envolvem os arquivos públicos, a gestão de documentos e o acesso à informação no âmbito nacional e internacional. O primeiro, sobre *gestão de documentos, arquivos e acesso à informação*, - temas considerados centrais das discussões - , conta com a participação de renomados teóricos da Arquivologia no Brasil, notadamente Ana Maria de Almeida Camargo, Lúcia Maria Velloso de Oliveira e Renato Tarciso Barbosa de Sousa. Neste capítulo, é possível compreender aspectos sobre a dimensão instrumental dos arquivos como algo que caracteriza a sua razão de ser. Além disso, conforme aí também se enfatiza, o arquivo municipal oferece os documentos para que os munícipes usufruam de mecanismos que possibilitem o acesso à informação, que, via de regra, é viabilizada pela gestão de documentos.

No segundo enfoque, que reflete sobre as *políticas nacionais e estaduais para os arquivos municipais*, Carlos Guardado da Silva apresenta um estudo com o objetivo de identificar e discutir o lugar dos arquivos municipais nas políticas públicas em Portugal, entre 1976 e 2018, a partir das políticas governamentais. Ressalta “que as políticas promovem a existência de diversas coordenações e unidades orgânicas distintas, não sendo, por vezes, facilitadoras da gestão sistêmica e continuada da informação” (SILVA, 2019: 43). Os Arquivos Públicos Municipais aparecem como um dever do Estado e uma garantia dos direitos dos cidadãos, tendo em vista que toda a ação político-decisória gera informação, registrada em documentos de arquivo e, por isso, o Arquivo Público Municipal é um/a serviço/unidade orgânica estratégico/a para a gestão pública. O autor chama ainda a atenção para os dispositivos legais a nível internacional e aponta o dever do Estado de promover a gestão de documentos e de implementar providências para franquear o acesso à informação pública. Estas dimensões são reforçadas nos textos seguintes, por Domícia Gomes, Jaime Antunes da Silva, Márcio Amêndola de Oliveira e Armando José Bellinatti, Maria Teresa Navarro de Britto Matos e Norma Fenoglio.

O terceiro enfoque discute o eixo central da pesquisa, que resultou nesta obra, os *arquivos municipais na agenda de pesquisa*. Ana Célia Rodrigues inicia-o, apresentando o projeto de pesquisa que aborda questões ligadas à identificação dos requisitos de gestão de documentos e de arquivos, desenvolvidos pelos municípios que integram a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, resultados que contribuem para as discussões sobre a aplicação da Lei de Acesso à Informação no Brasil. Segundo a autora, a inserção dos arquivos municipais na agenda de pesquisa acadêmica permite uma aproximação entre a universidade e seu entorno imediato, o município, reforçando a sua responsabilidade e o seu compromisso com a produção de conhecimento para o desenvolvimento social, “questão emergente no âmbito do debate científico e profissional, na busca de soluções para superar os desafios impostos para a plena aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação” (RODRIGUES, 2019: 110). Nesta perspectiva, estudar as questões teóricas que envolvem os arquivos municipais, as políticas públicas arquivísticas e a gestão de documentos torna-se fundamental.

Os arquivos municipais aparecem também como projeto de extensão universitária, tal como o Observatório dos Arquivos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que possui o objetivo principal de diagnosticar e monitorar a gestão de documentos públicos e a implementação da Lei de Acesso à Informação nesse território, no estado de Minas Gerais, aqui apresentado por Cíntia Aparecida Chagas e Welder Antônio Silva.

Neste mesmo âmbito, Concepción Mendo Carmona apresenta projetos de colaboração desenvolvidos entre universidades e arquivos municipais da Comunidade de Madrid, com o objetivo de destacar a relação de cooperação entre instituições ligadas à sociedade pelo serviço prestado à cultura e à pesquisa. A partir dos projetos que foram objeto de discussão, a autora demonstra que é possível *“dar a conocer el patrimonio documental municipal, acercar el archivo a la sociedad al mostrarse este como un agente de dinamización cultural y fomentar la investigación histórico-científica”* (MENDO CARMONA, 2019: 148). Oportunamente, outros projetos e experiências de trabalho desenvolvidos em colaboração entre arquivos municipais espanhóis da Comunidade de Madri, são partilhados e refletidos por Júlia Rodríguez Barredo, apresentando o trabalho notável e de referência realizado nas últimas décadas pelo Grupo de Archiveros Municipales de Madrid.

*A produção do conhecimento e as experiências profissionais em torno dos arquivos municipais fluminenses* é o tema do quarto enfoque apresentado nesta obra, de que é exemplo o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, sob a direção de Beatriz Kushnir, instituição que possui um valor histórico ímpar, por ser o único arquivo da administração da cidade do Rio de Janeiro desde o período colonial. A autora ressalta que a documentação conservada no Arquivo, *“alcança importância na esfera nacional, considerando que o Rio de Janeiro foi a capital brasileira por quase 200 anos. Ao valor comprobatório de direitos, o conjunto documental pode fornecer subsídios para a tomada de decisões no âmbito da Administração Pública”* (KUSHNIR, 2019: 192).

Produzir conhecimento sobre os arquivos municipais é essencial para o fortalecimento das instituições, implantação de políticas públicas em âmbito local, reconhecimento dos profissionais e pesquisadores e, ainda, promoção das ações em favor da preservação dos arquivos e da memória institucional. Por outro lado, cumprindo a sua função primária de promover o acesso à informação, os arquivos são colaboradores das políticas de transparência da administração pública, assunto da maior relevância, abordado nesta obra por Armada Vilela e Ana Célia Rodrigues, no âmbito do município de Niterói (Rio de Janeiro). Outras experiências locais e igualmente importantes são as relativas aos arquivos fluminenses de Campos dos Goytacazes, Macaé, Sertões do Macacu, Angra dos Reis, apresentadas respectivamente por Carlos Roberto Bastos Freitas, Juliana Loureiro Alvim Carvalho, Maria Ana Quaglino, e Martha Myrrha Ribeiro Soares e Ana Célia Rodrigues. O resultado do projeto de pesquisa, que norteia a publicação deste livro, é apresentado por Nádia Dévaki Pena Garcia e Ana Célia Rodrigues - *“Os arquivos nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: estudo de identificação das políticas públicas*

arquivísticas para o acesso à informação” - trazendo elementos para um debate profícuo entre pesquisadores e profissionais na busca de estratégias para formulação de políticas públicas.

No quinto e último enfoque, aborda-se o *Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ): inovações metodológicas e resultados da prática arquivística*. Ana Célia Rodrigues contextualiza os fundamentos teórico-metodológicos da identificação arquivística. A perspectiva, que norteou a produção deste conhecimento e a produção científica, sistematiza os resultados desta experiência inovadora, que contribui para a consolidação do PGD-RJ como laboratório de pesquisa. A gestão de documentos na administração pública do Estado do Rio de Janeiro caracteriza-se como um elemento fundamental no processo de constituição de uma política pública arquivística e para o fortalecimento da gestão de documentos no Brasil. O Sistema de Identificação de Tipologias Documentais, SITD, inovação que viabiliza a implementação do PGD-RJ, num cenário complexo, considerando a quantidade de órgãos que compõem a estrutura do governo estadual e a amplitude de funções a eles atribuídos, demonstra a eficácia e a eficiência dos resultados obtidos na padronização dos instrumentos de gestão de documentos, utilizando a identificação arquivística como metodologia. A identificação arquivística possui relação direta com o planejamento da produção documental, classificação e avaliação de documentos de arquivo, fundamentando a construção do Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos através do SITD. A construção teórica da metodologia do PGD-RJ, desenvolvida através de parceria entre a Universidade Federal Fluminense e o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, é abordada nos relatos dos resultados desta prática arquivística, no âmbito da execução do PGD-RJ, e apresentada por Danilo André Cinacchi Bueno, Maria Teresa Villela Bandeira de Mello, Mariana Batista do Nascimento, Patrícia de Mello Silva, Lucas Spadari Carreiro Alves de Lima e Thales Vicente de Souza.

Em seu conjunto, *Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano* é uma obra que apresenta perspectivas e reflexões sobre os arquivos públicos, atribuindo aos arquivos municipais um lugar central de objeto de pesquisa científica da Arquivologia e da Ciência da Informação e como laboratório de pesquisa aplicada. Assim, os aspectos que envolvem os arquivos, a gestão de documentos e o acesso à informação para a transparência da administração pública são discutidos no cenário dos estudos internacionais, destacando-se, aqui, alguns dos que melhor permitem caracterizá-los, quer pelas semelhanças, quer pelas diferenças, ultrapassando o território e o interesse do Rio de Janeiro e do Brasil. Por tudo isto, o livro coloca a sua integração no contexto ibero-americano, incluindo pesquisas em Portugal, Espanha e Argentina.

Ao invés de um manifesto de otimismo por parte dos distintos autores, as pesquisas aqui publicadas demonstram que há um longo caminho ainda a percorrer no que diz respeito à garantia do acesso à informação pública e, designadamente, à transparência da administração municipal, e muito mais relativamente a uma transparência ativa. Mas para tal, é bem frisado e consensualmente reconhecido: importa valorizar os arquivos e os arquivistas, profissionais que fazem da gestão dos documentos e da informação o seu *métier*.

Em última instância, *Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano* confere aos Arquivos Municipais um lugar central na agenda de pesquisa no âmbito internacional, tarefa que, não sendo fácil, é, porém, imprescindível. Até agora visto com pouca visibilidade “o arquivo público municipal, importante fonte de informação, é peça-chave para a melhoria da boa governança do Estado e para o atendimento das demandas relacionadas à cidadania, como, por exemplo, informações sobre os atos governamentais, andamento e solução de questões administrativas, econômicas e jurídicas, bem como informações sobre saúde, educação, meio ambiente, raízes históricas do município, festas e costumes regionais” (CONARQ, 2014: 21). Diferente não poderia ser, quando o município é a divisão administrativa em que o nível do poder, pela sua própria natureza, se encontra mais próximo do cidadão. E assim se justifica que, por essa mesma proximidade, e pelo papel de promoção do acesso à informação e de garantia da preservação da memória no longo prazo, o arquivo municipal seja uma das instituições memorizadas através das quais se promove a realização da cidadania plena.

Por todas estas razões, *Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano* não é apenas o resultado da compilação de textos inéditos de comunicações apresentadas em Niterói, no I Seminário Arquivos Municipais Fluminenses e no Seminário Arquivos Fluminenses no Contexto Ibero-americano, respetivamente em junho de 2017 e novembro de 2018, de perspetivas e abordagens cruzadas e complementares, teóricas e práticas, científicas e profissionais, de distintos autores da Argentina, do Brasil, de Espanha e de Portugal, especialistas que investigam sobre conteúdos da Arquivologia e, designadamente, sobre Arquivos Públicos. É, talvez, o livro sobre arquivos municipais que, hoje, interessa ler, agregando valor, o que justifica a sua leitura. Estão, pois, de parabéns os autores, que cumprem o objetivo de comunicarem os resultados das suas pesquisas sobre os Arquivos. Mas também, os organizadores de *Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano*, que, para além daquele objetivo, uma vez que não há Ciência sem comunicação, cumprem “o objetivo de discutir os aspectos que envolvem os arquivos públicos, a gestão de documentos e o acesso à informação no âmbito nacio-

nal e internacional”, e um desígnio maior – o da Ciência Aberta ou da Ciência Cidadã – ao disponibilizarem o livro em linha e em acesso aberto, promovendo a sua leitura universal.

## Referências Bibliográficas

- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ (2014) - *Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (BRASIL).
- KUSHINIR, Beatriz. (2019) – Entre a Lei Municipal de Arquivos e a LAI: o AGCRJ e o Programa de Gestão de Documentos na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *In*: RODRIGUES, Ana Célia; [et al.] (2019) - Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano. Rio de Janeiro: L. E. T. Leite. 314 p. ISBN 978-85-93253-01-0. [Consult. 16 jun. 2020].
- MENDO CARMONA, Concepción. (2019) – En beneficio mutuo: proyectos de colaboración entre las universidades y los archivos municipales de la Comunidad de Madrid. *In*: RODRIGUES, Ana Célia; [et al.] (2019) - Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano. Rio de Janeiro: L. E. T. Leite. 314 p. ISBN 978-85-93253-01-0. [Consult. 16 jun. 2020].
- RODRIGUES, Ana Célia. (2019) – Gestão de documentos, arquivos e acesso à informação: identificação dos requisitos da transparência administrativa nos municípios do Grande Rio. *In*: RODRIGUES, Ana Célia; [et al.] (2019) - Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano. Rio de Janeiro: L. E. T. Leite. 314 p. ISBN 978-85-93253-01-0. [Consult. 16 jun. 2020].
- SILVA, Carlos Guardado da. (2019) – O lugar dos arquivos municipais nas políticas públicas governamentais em Portugal (1976-2018). *In*: RODRIGUES, Ana Célia; [et al.] (2019) - Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano. Rio de Janeiro: L. E. T. Leite. 314 p. ISBN 978-85-93253-01-0. [Consult. 16 jun. 2020].